

## CHINA E ESTADOS UNIDOS: UMA VISÃO REALISTA

Sylvio Augusto de Mattos Cruz\*

### RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as contribuições das abordagens realistas, estruturais, defensiva e ofensivas sobre as atuações desempenhadas pelos países Estados Unidos da América (EUA) e China no xadrez geopolítico internacional. A dinâmica da economia chinesa tem despertado preocupações por parte do governo americano, principalmente diante da baixa performance econômica americana nas últimas décadas. A materialização de um ambiente internacional bipolar pode ameaçar a manutenção do balanço de poder, que até o momento é favorável aos interesses americanos em se manter como a potência com as maiores capacidades relativas. Do lado da China, a manutenção do seu crescimento econômico depende da construção de redes de parcerias econômicas vitais para continuidade da sua expansão, como é o caso da Rota da Seda. Isso tem alimentado o temor de que esse crescimento chinês cedo ou tarde possa se materializar em poder bélico e, assim, ameaçar a posição dos EUA.

**Palavras-chave:** Realismo. Poder Hegemônico. Competição. Conflito.

### CHINA AND USA: A REALISTIC VISION

#### ABSTRACT

*The purpose of this article is to analyze the contributions of realistic, structural, defensive and offensive approaches to the role played by the USA and China in international geopolitical chess. The dynamics of the Chinese economy has aroused concerns on the part of the American government, especially considering the low American economic performance in recent decades. The materialization of a bipolar international environment may threaten the maintenance of the balance of power, which so far has been favorable to American interests in maintaining itself as the power with the greatest relative capacities. On the Chinese side, the maintenance of its economic growth depends on building networks of vital economic partnerships*

---

\* Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).sylvio.cruz@ifrj.edu.br

*to continue its expansion, as is the case with the Silk Road. This has fueled fears that this Chinese growth will sooner or later materialize into military power and thus threaten the position of the United States.*

**Keywords:** *Realism. Hegemonic Power. Competition. Conflict.*

## CHINA Y LOS ESTADOS UNIDOS: UNA VISIÓN REALISTA

### RESUMEN

*El propósito de este artículo es analizar las contribuciones de los enfoques realistas, estructurales, defensivos y ofensivos al papel desempeñado por Estados Unidos y China en el ajedrez geopolítico internacional. La dinámica de la economía china ha despertado preocupaciones por parte del gobierno estadounidense, principalmente a la luz del bajo desempeño económico estadounidense en las últimas décadas. La materialización de un entorno internacional bipolar puede amenazar el mantenimiento del equilibrio de poder, que hasta ahora ha sido favorable para los intereses estadounidenses en mantenerse como el poder con las mayores capacidades relativas. Del lado chino, el mantenimiento de su crecimiento económico depende de la construcción de redes de asociaciones económicas vitales para continuar su expansión, como es el caso de la Ruta de la Seda. Esto ha alimentado los temores de que este crecimiento chino tarde o temprano se materializará en el poder militar y amenazará la posición de los Estados Unidos.*

**Palabras clave:** *Realismo. Poder hegemónico Competencia. Conflicto.*

### 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda os papéis desempenhados pela China e pelos EUA no cenário geopolítico mundial, situando-os num intrincado jogo de relacionamentos multilaterais de um sistema multipolar. Nessa complexa teia de interações, é necessário examinarmos a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios que resultem em um conflito sino-americano.

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre o papel da balança China-Estados Unidos da América à luz das abordagens realistas estruturais, defensivas e ofensivas. Waltz (1979, p. 88), Mearsheimer (2001, p. 30) e Glaser (2010, p. 29) assumem que o ambiente internacional é anárquico, ou seja, não há uma autoridade superior capaz de forçar acordos e prevenir atitudes belicosas por parte

das unidades. Na primeira abordagem, utilizaremos o arcabouço formulado por Waltz (1979), para o qual o conceito da balança de poder é a única maneira de compreender a interação entre os Estados e deriva da distribuição de capacidades entre esses Estados, o que resulta em duas configurações possíveis: bipolaridade e multipolaridade. Na segunda, adotaremos o enfoque de Glaser (1997), que propõe uma teoria racional para que cada Estado possa ajustar o seu comportamento para lidar com as contingências do sistema internacional. As escolhas são caracterizadas em termos dos motivos. Os motivos incorporam o que o Estado valora, capturando seus interesses e objetivos. Os Estados são distinguíveis pelos seus motivos. Por último, utilizaremos a concepção do realismo ofensivo de Mearsheimer (2001), para o qual a competição gera insegurança para as grandes potências. Para ele, inevitavelmente, a insegurança gerada pela anarquia do sistema internacional levará as grandes potências a agir agressivamente para evitarem que seus rivais ganhem poder. Além disso, as grandes potências raramente estão satisfeitas com o status quo e, em vez disso, buscam alcançar um poder hegemônico.

Ao utilizarmos as três lentes realistas mencionadas acima, levantamos a seguinte questão: no futuro, a China e os EUA se manterão neste cenário de disputa econômica ou cairão para uma situação de extrema competição por poder?

O futuro em política internacional sempre está envolvido por nuvens, e as teorias de RI são severamente limitadas neste intento. Contudo, é possível enxergarmos certas regularidades no comportamento dos Estados no ambiente do sistema internacional e criarmos um enquadramento lógico que possibilite estabelecer relações de causalidade entre as variáveis e explicar os fatos.

## **2 PANO DE FUNDO ECONÔMICO**

No início da década de 1970, a China e os EUA iniciaram uma reaproximação que se materializou na aliança antissoviética, que possibilitou a China ocupar um assento permanente no Conselho de segurança da ONU. Para Pan (2018, p.20), tal fato permitiu à China normalizar suas relações com a maioria dos Estados e, com isso, pôs fim a um longo período de isolamento diplomático. Paralelamente, o término da Revolução Cultural e a aliança estabelecida com os EUA, o maoísmo com destaque na luta de classes, foi abandonado. Após a morte de Mao Tse-Tung, em 1976, um grupo reformista ampliou a sua influência, nele surgindo a liderança de Deng Xiaoping. No final da década de 1970, o Partido Comunista Chinês (PCC) iniciou um rol de reformas econômicas que resultou em uma abertura seletiva da sua economia e a escolha de novos padrões de desenvolvimento.

Do lado americano, essa abertura da economia chinesa se coadunava com a solução desenhada pelos EUA e por outros países centrais para o enfrentamento da crise econômica provocada pelos choques do petróleo na década de 1970. No final da década de 1960, o setor manufatureiro americano teve uma queda acentuada na sua taxa de lucro em decorrência das pressões da militância trabalhista. Somase a isso o desenvolvimento de manufaturas mais eficientes na Europa e no Japão que, posteriormente, contribuiu para o agravamento da queda da lucratividade não só das indústrias desses países e o aprofundamento do baque nos EUA. Para Hung (2018, p. 3-7), o boom chinês decorre da solução encontrada pelos EUA para a baixa lucratividade do seu setor manufatureiro. A opção por economias de baixos custos como na China, Coreia do Sul, Taiwan e Cingapura, seguidos depois por outros, como Malásia e Tailândia, surgiu como solução para aumentar o lucro das corporações americanas. No final da década de 1970, a terceirização da produção industrial dos países centrais para as economias de mão de obra barata do leste asiático apareceu como uma saída para aumentar o lucro das companhias dos países centrais. Essa migração do trabalho da manufatura americana para o leste asiático se intensificou a partir do governo Reagan.

No período entre a década de 1980 e o início da década 1990, a China se encontrava numa crise inflacionária e de déficit na balança de pagamentos. Tal situação instou o PCC a uma mudança drástica de seu modelo de desenvolvimento para outro orientado para as exportações. Em 1994, o governo chinês promoveu uma grande desvalorização do Yuan com uma série de reformas que aceleraram o enfraquecimento do setor agrícola, o que ocasionou uma forte onda migratória dos trabalhadores do campo para as zonas de processamento para a exportação, localizadas no seu litoral. Para Hung (2015, p. 61-68), esse desenho econômico fez da China um vórtice que sugou os postos de trabalho da indústria mundial e a transformou na fábrica do mundo, apesar do setor industrial exportador ter forte participação de corporações transnacionais.

O setor corporativo norte-americano, muito interessado no processo de internacionalização da China, pressionou o governo americano a deixar de lado as diferenças políticas que pudessem obstaculizar as relações econômicas entre os dois países. Em 1994, o governo Clinton foi pressionado a desvincular a renovação da posição da China como “Nação Mais Favorecida” (NMF) de qualquer preocupação com os direitos humanos, garantindo à China a condição permanente de NMF em 2000 e dando a ela, assim, acesso à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Segundo Jackson (1999, p. 157), o tratamento de NMF exige que

cada parte contratante conceda às outras partes contratantes o tratamento mais favorável concedido a qualquer outro país no que diz respeito às importações e exportações de produtos. Assim, o binômio superprodução chinesa e o consumo perdulário americano, de acordo com Hung (2018, p. 5), constituíram o desequilíbrio econômico global que os levaram a uma situação de aparente prosperidade até meados da década de 2000.

Para Hung (2018, p.5-8), a corrida frenética da terceirização da produção em direção à China, assim como a disputa entre as nações em desenvolvimento para atrair capital dos países centrais, que o paradigma chinês ajudou a estimular, possibilitou às grandes corporações transnacionais a acumulação de lucros colossais, direcionados para os mercados financeiros do primeiro mundo, cujo crescimento retroalimentou a demanda por produtos manufaturados oriundos da China. Tal situação favoreceu novos incrementos na capacidade industrial chinesa e de bolhas financeira e de consumo mediante a grande oferta de crédito nos EUA e nos outros países centrais. A dinâmica desse crescimento insustentável teve o seu rompimento em 2008. Nesse momento, as bolhas da expansão financeira e do consumo desenfreado via crédito nos EUA implodiram, dando início a uma reação em cadeia que impactou severamente na economia americana e, subsequentemente, os demais países centrais.

Do lado chinês, a economia puxada pelas exportações também entrou em colapso; contudo, Beijing tomou planos de ajuste que estruturaram medidas bem-sucedidas de recuperação econômica entre 2009 e 2010. Por intermédio da atuação dos bancos estatais, houve o direcionamento de grandes empréstimos para investimentos em ativos fixos. Essa bem-sucedida recuperação da economia chinesa em meio ao débil desempenho das economias centrais gerou o paradigma de que a China seria o principal condutor do capitalismo global (HUNG, 2015, p. 143).

A Tabela 1 mostra que a participação chinesa nas exportações mundiais passou de 0,9% em 1948 para 13,1% em 2018, enquanto a presença americana, no mesmo período, baixou de 21,6% para 8,8%. Desde 2009, a China passou a ser o maior exportador mundial. Quanto às importações, a economia chinesa passou a importar em grande escala. A parcela da China nas importações mundiais passou de 0,6% em 1948 para 11% em 2018.

**Tabela 1—Exportações e Importações da China e EUA no período 1948-2018**

Exportações	1948	1953	1963	1973	1983	1993	2003	2009	2018
Valores em trilhões de US\$									
Mundo	59	84	157	579	1.838	3.676	7.377	12.178	18.919
(%)									
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
China	0,9	1,2	1,3	1,0	1,2	2,5	5,9	9,9	13,1
EUA	21,6	14,6	14,3	12,2	11,2	12,6	9,8	8,7	8,8
Importações	1948	1953	1963	1973	1983	1993	2003	2009	2018
Valores em trilhões de US\$									
Mundo	62	85	164	594	1.883	3.786	7.689	12.421	19.394
(%)									
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
China	0,6	1,6	0,9	0,9	1,1	2,7	5,4	8,1	11,0
EUA	13,0	13,9	11,4	12,4	14,3	15,9	16,9	12,9	13,5

Fonte: WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO), 2019.

Segundo Hung (2015, p. 159-163; 2018, p. 5-8), a recuperação chinesa evidenciou que sua economia não era mais tão dependente das exportações. O crescimento do PIB na casa dos dois dígitos no período de 2009 a 2010 decorreu, essencialmente, dos investimentos domésticos em ativos fixos. Contudo, podemos ressaltar que esses investimentos só foram possíveis devido à expansão das exportações chinesas e ao intenso fluxo de capital destinado à produção de bens para a exportação, que possibilitaram o crescimento das reservas internacionais chinesas, sobretudo na forma de ativos em dólares. Sem esses acúmulos, Beijing não teria condições de aumentar a oferta de crédito na forma de empréstimos fartos e baratos. Assim sendo, o setor exportador e volume de reservas acumulados que ele originou tornaram viáveis os investimentos via empréstimos estatais entre 2000 e 2009, sem reprisar os erros que diversas economias do sudeste asiático realizaram na década de 1990 e que culminaram na crise dos tigres asiáticos de 1997/98, quando inversões realizadas via empréstimos não tiveram correspondência no crescimento dessas economias, o que acabou prejudicando suas moedas e suscitando a fuga de capitais.

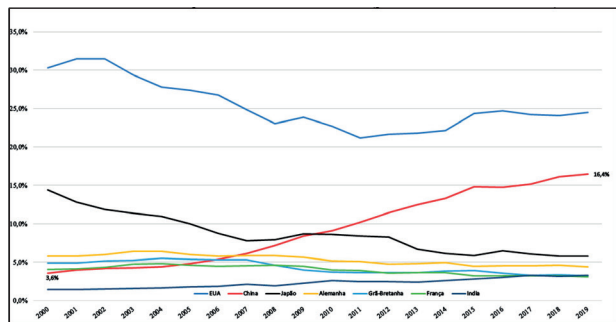
A elevada competitividade da economia chinesa permitiu uma progressiva

acumulação de divisas posteriormente aplicadas nos mercados de dívida pública das economias do G7. Em 2009, o nível acumulado de reservas atingiu 2,4 trilhões de US\$. No ano de 2014, elas já totalizavam 4 trilhões de US\$. Conforme a Organization for Economic Cooperation and Development (OECD, 2019), houve uma redução para US\$ 3 trilhões em 2018. Uma parte substancial das reservas foi utilizada na aquisição de títulos do tesouro americano. Em 2001, a China tinha 78,6 bilhões de US\$, que correspondia a 7,6% do total de títulos. No ano de 2018, já totalizava 1,15 trilhões de US\$, o que representa mais de 25% do total dos títulos americanos.

Alicerçada numa forte internacionalização, a China vem assumindo um papel cada vez mais destacado na economia global. Tem apresentado um crescimento do PIB superior a médias das economias do G7 com uma impressionante média de 10% ao ano nas últimas duas décadas. Sua participação no PIB mundial, avaliada pela paridade do poder de compra, passou de 3,6%, em 2000 para 16,4%, em 2019 (Gráfico 1). O intenso crescimento da economia chinesa produziu uma expansão financeira, resultado de duas causas complementares: de um lado, a superacumulação de capital; de outro, a intensa competição entre os países pelo acesso ao mercado de capitais.

Essa competição intensa por capital circulante pode dificultar o crescimento econômico, caso isso aconteça de forma excessiva e desordenada. A disputa entre Estados pelo capital circulante se justifica na perspectiva de que o endividamento nacional pode sustentar a expansão econômica. Os Estados passam a disputar entre si para obterem cada vez mais capital por meio da emissão de títulos de dívida pública, para sustentarem seu crescimento (ARRIGHI, 1996, p.10).

**Gráfico 1– Participação no PIB mundial (preços correntes de 2020)**



Fonte: INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF), 2020.

No caso da China, desde o início da década de 2000 tem ocorrido uma exportação de capital que se intensificou, ainda mais, nos últimos 10 anos. O investimento direto chinês saltou de US\$ 28 bilhões para US\$ 217 bilhões em 2016. Para Pinto (apud CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015, p. 82-83), o processo de expansão do investimento direto em outros países, especialmente nos continentes asiático e africano, faz parte de deslocamento de etapas ou estágios da produção industrial chinesa para outras economias atendendo objetivos estratégicos. Segundo Pinto (apud CINTRA; SILVA FILHO; PINTO, 2015, p. 83-86), o investimento externo direto chinês passa a ser um instrumento para ampliar a integração econômica com outros países, fortalecendo os elos de uma cadeia produtiva global, tendo a China como eixo articulador. Um dos motivos centrais para a internacionalização do capital chinês tem sido o financiamento de grandes projetos de infraestrutura, o que Kroeber (2016, p. 243) denominou de “diplomacia da infraestrutura”. Destaca-se nessa diplomacia o “Cinturão Econômico da Rota da Seda”, divulgado pelo presidente Xi Jinping, em 2013, que tem por objetivo a integração do país com os seus vizinhos a partir da criação de um conjunto de infraestruturas que ligará a China à Europa, atravessando 21 países.

O crescimento tecnológico, econômico e o papel de agente financiador da China têm gerado uma série de reações dentro da economia americana. Para Milner e Tingley (2015, p. 253; 281), a ameaça de que a China atingirá o status de superpotência e que disputará com os EUA a influência (interferência) nas discussões de comércio internacional tem gerado, dentro dos EUA, uma grande reação de grupos de interesse no papel do mercado dentro dos debates sobre a política externa americana. A ascendência desse grupo chega a ser superior ao Executivo e ao Legislativo juntos. A dinâmica da economia chinesa é uma preocupação crescente entre os setores perdedores nos EUA, e a propensão é de que estes se tornem ainda mais influentes nas decisões de comércio exterior, especialmente sobre resoluções que aumentem o protecionismo contra a China. O projeto Made in China 2025 fornece uma ideia da dinâmica competitiva da economia chinesa. O Governo chinês (2015, p. 22-27) elegeu 10 setores prioritários para investimentos público-privado: 1) equipamento marítimo de alta tecnologia; 2) equipamento ferroviário; 3) maquinário e tecnologia agrícola; 4) equipamento aeronáuticos e aeroespaciais; 5) fármacos e equipamentos médicos de alta tecnologia; 6) semicondutores, circuitos integrados e novas tecnologia de informação; 7) geração de energia elétrica; 8) robótica; 9) veículos elétricos; e 10) materiais novos e avançados. Para Gala (2017, p. 91-92), a execução do Made in China 2025 tem como objetivo aumentar a



complexidade da economia chinesa e competitividade dos seus produtos a partir do desenvolvimento de tecnologias inovadoras. Cui e Jiang (2009, p. 434-444; 2010, p. 751-774) salientam a rapidez com que as empresas chinesas realizam a internacionalização, mediante a transferência tecnológica e organizacional. Segundo eles, esse processo se dá por meio de um modelo de entrada no mercado internacional baseado em fusões e aquisições internacionais.

Para Masiero e Coelho (2018, p. 154), a estratégia definida pelo Estado Chinês foi fundamental para que suas empresas ganhassem mercado. A marca chinesa Huawei é um bom exemplo dessa estratégia. A Huawei se tornou a maior empresa produtora de equipamentos de telecomunicação do mundo e a segunda maior fabricante de smartphones, atrás da Samsung e superando a Apple. Outro exemplo dessa dinâmica, é a produção do C919, um avião de grande porte de passageiros desenvolvidopela Commercial Aircraft Corporation of China (Comac). A China emergiu como o maior mercadopara aeronaves de passageiros de grande porte, que até agora tem sido monopolizado pela Boeing e Airbus. Para Xing (2018, p. 8), desenvolver a capacidade de produzir aeronaves de passageiros de grande porte assume uma importância estratégica para a política industrial chinesa. Harrison (2019, p. 5) destaca que o preço final do C919 é estimado em US\$ 50 milhões, quase metade do valor de tabela dos concorrentes Airbus e Boeing.

Essa situação tende a gerar novas tensões na relação sino-americana, principalmente num contexto de maior competição econômica global. Assim, o que pauta a evolução negativa ou não do governo americano se vincula fundamentalmente à temática econômica e de forças institucionais internas e externas. Indubitavelmente, o aspecto econômico sempre foi colocado como um elemento importante no arcabouço do poder e da segurança nacional. Uma maior disponibilidade financeira permite aos Estados incrementarem e fortalecerem suas capacidades militares, o que favorece o temor dos norte-americanos em relação à China, como veremos nas próximas seções.

### **3 REALISMO ESTRUTURAL**

Waltz (1979, p. 71-72) destaca a relevância da utilização de um enfoque sistêmico para entender a dinâmica das relações internacionais, deixando de lado uma análise fragmentada e setorial e passando a analisar o sistema por si. Nesse enfoque, o sistema político internacional é constituído por uma estrutura e por várias unidades justapostas que interagem entre si. Para compreendermos a estrutura

do sistema político internacional, devemos deixar de lado as particularidades que são intrínsecas às unidades, assim como elementos que abordem comportamento e relacionamentos entre os Estados. Desse modo, podemos distinguir entre as variáveis inerentes ao nível das unidades daquelas relacionadas com a estrutura (WALTZ, 1979, p. 72-73).

Destarte, apenas as mudanças no arranjo das unidades são consideradas alterações na estrutura. Isso não quer dizer que as qualidades, os motivos e as interações das unidades não tenham importância para a compreensão do sistema internacional. O objetivo, aqui, é saber como elas são influenciadas pela estrutura do sistema político internacional (WALTZ, 1979, p. 75). Waltz (1979, p. 106-107) percebe que o sistema internacional é uma anarquia, não existe um poder central governante. E ainda: o sistema político internacional é constituído por unidades semelhantes, em que cada unidade, independentemente do seu tamanho, precisa realizar uma série de funções governamentais similares, tais como a defesa do seu território e a regulação econômica internacional (WALTZ, 1979, p. 89).

Há um fator no qual as unidades são divergentes, e muitas vezes em grande magnitude. Tal fator é o poder, que Waltz (1979, p. 97-98) chama de capacidades relativas. A partir dessa construção, ele representa o sistema político internacional como uma anarquia composta de Estados que variam em um aspecto importante: o poder relativo. Devido à falta de uma entidade supranacional, os Estados devem contar apenas com seus próprios recursos e esforços para garantir a sua sobrevivência nesse ambiente anárquico. Neste sentido, a anarquia tende a perdurar, porque os Estados desejam preservar sua autonomia.

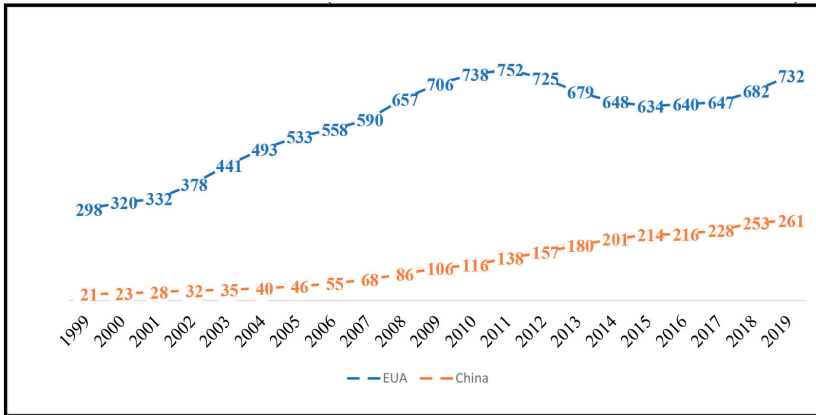
Para Waltz (1979, p. 98), a estrutura do sistema internacional é definida pela distribuição de capacidade entre as unidades. Essa estrutura sofre perturbações em decorrência das mudanças na distribuição de capacidade entre os atores. Tais mudanças modificam o equilíbrio do sistema, numa situação que leva os Estados a se preocuparem em medir, comparativamente essas variações. Isso porque em um ambiente anárquico e competitivo, onde a sobrevivência é um imperativo para as unidades, estas devem estar preocupadas em quem pode ameaçar sua segurança. Os Estados procuram maximizar o seu poder sobre as outras unidades e, na medida em que essa corrida conduz a um jogo de soma zero, a busca para aumentar a

capacidade – ou, sem outras palavras, a adição de força de um Estado – resultaria na perda de poderio dos demais.

Essa contingência favorece uma alta expectativa de conflito. De acordo com Waltz (1959, p. 232), “a estrutura anárquica da política internacional é a causa subjacente ou permissiva da guerra: permite que o fenômeno do conflito ocorra, porque simplesmente não há nada para impedir o mesmo”. Influenciadas pelos seus interesses, as unidades se relacionam umas com outras com o intuito de preservar o status quo, principalmente quando percebem variações importantes dentro da estrutura política internacional. Variações ocorrem quando as grandes potências ascendem ou declinam, motivando alterações na balança de poder mundial. Ponderações e considerações são feitas pelas unidades com o intuito de avaliar a relação custo-benefício na escolha do lado da balança que elas escolherão. Na relação custo-benefício, cada Estado deve ficar atento com o seu poder relativo. O poder dos outros, especialmente aqueles com potência, é sempre uma ameaça, nunca uma tranquilidade. Os Estados fracos podem não ter alternativa senão adivinhar o que é mais prudente e esperar que o alinhamento precoce com o poderoso garanta sua sobrevivência e, pelo menos, alguns interesses vitais. Somente Estados imprudentes se furtam desse estratagema (DONNELLY, 2000, p.18).

Desde o término da guerra fria, a estrutura do sistema internacional vem sofrendo modificações em decorrência da distribuição das capacidades entre as unidades. Os EUA têm apresentado reduções nas suas capacidades relativas. Na economia mundial, o papel americano tem apresentado um expressivo declínio. A dinâmica econômica dos EUA apresenta uma performance bem inferior ao desempenho chinês no intervalo de 2009 a 2019. Nesse período, o PIB chinês tem crescido a uma taxa média de 8,43% ao ano, enquanto o produto americano, no mesmo hiato, cresceu a um percentual médio de 2,26%. No cenário militar, dados do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) mostram que os gastos chineses cresceram 1.142% no período de 1999 a 2019 contra 145% dos americanos. EUA e China representam, respectivamente, 38% e 14% dos gastos mundiais em armamento (SIPRI, 2020). O crescimento recente dos gastos americanos é no aparato bélico.

**Gráfico 2– Gastos militares (bilhões de US\$)**



Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI), 2020.

Para o pesquisador sênior do SIPRI, Pieter D. Wezeman, esse crescimento recente está relacionado ao retorno à competição entre as grandes potências (SIPRI, 2020). Segundo o departamento de defesa americano, a China conta atualmente com o mais avançado programa de mísseis balísticos e de cruzeiro do mundo. Reformas estão sendo feitas para aproximar o setor de produção com o de pesquisa, de forma a aumentar a eficiência e a inovação da indústria de armamento.

Waltz, em seu artigo *Structural Realism After Cold War* (2000, p. 32), já previa a ascensão da China como grande potência. Para ele, os riscos advindos do crescimento chinês são mais econômicos do que políticos ou de segurança. Em termos atávicos, os Estados são bastante sensíveis às mudanças de poder. O crescimento das capacidades da China tem gerado apreensão em seus vizinhos (Coreia do Sul e Japão). Os esforços chineses para aperfeiçoar seus ativos militares são vistos como ameaça aos interesses americanos na região. Nas entrelinhas, os EUA traduzem tais ações no objetivo premente da China em se estabelecer como um hegemon no leste asiático. Para Waltz (2000, p. 38), isso se traduz em um novo balanço de poder.

Para o realismo estrutural, a unipolaridade é a configuração internacional menos durável. Primeiramente porque o Estado unipolar acaba realizando muitas funções além das suas fronteiras, enfraquecendo-se no longo prazo tal como o processo que derrocou o império romano. A segunda razão é que mesmo que o hegemon passe a se comportar com moderação e paciência, cedo ou tarde os

outros Estados, amigos ou não, passarão a se preocupar com o seu comportamento (WALTZ, 1997, p. 915).

Waltz (1997, p. 32) defende que a bipolaridade é menos propensa à guerra do que a multipolaridade porque ela reduz as incertezas no sistema internacional. A mesma lógica não se aplica à unipolaridade. Para Waltz, a ideia de um mundo unipolar seria uma configuração de grande instabilidade. A existência da unipolaridade transformaria o mundo em um sistema hierárquico. Isso seria uma anomalia, geraria um grande desequilíbrio no sistema político internacional. Waltz enfatiza a tendência de o sistema buscar a restauração do equilíbrio. Assim, alguns dos Estados mais fracos agirão para restaurar um equilíbrio por meio de alianças para favorecer o surgimento de um rival e, assim, mover o sistema de volta à bi ou multipolaridade.

Na lógica de Waltz (2000, p. 32), é inevitável que a China se estabeleça como uma grande potência, e o aumento de suas capacidades relativas tende para isso. Os EUA dispõem do maior conjunto de capacidades do sistema internacional. Apesar desse cabedal, isso não é suficiente para a manutenção da sua atuação como uma “potência unipolar”. Por exemplo, os custos da guerra no Afeganistão, no período de 2002 a 2019, totalizaram quase 1 trilhão de US\$ para o enfrentamento de forças de guerrilha (THOMAS, 2019, p. 2).

O novo arranjo estrutural implicará novos comportamentos dos Estados. As grandes potências têm como principal objetivo a manutenção da sua segurança, e não o acúmulo de poder por si mesmo. A propensão é que tanto os EUA quanto a China contrabalancem a concentração de poder por meio de um novo ajuste (balancing). Nesta perspectiva, “o equilíbrio é uma estratégia de sobrevivência, uma maneira de tentar manter o modo de vida autônomo de um Estado” (WALTZ, 2000, p. 38).

Nesse contexto, os EUA assumem o papel de maximizador de segurança, inferido da teoria de Waltz (1988, p. 616) que indica ser objetivo do Estado o acúmulo da capacidade material e bélica, de modo a manter o seu status na distribuição total de poder no sistema. De acordo com Petras (2011, p. 127-130), o crescimento acelerado da economia chinesa tem provocado o temor, por parte dos EUA, de que a concentração de forças está se modificando de uma maneira que afetará o nível de segurança americano. A apreensão em relação aos movimentos chineses quanto à criação de parcerias econômicas, financiamento de grandes projetos de infraestrutura, exportação de capitais e a cooptação de diversos países para a sua esfera de influência têm despertado nos EUA a necessidade de implementar ações

que tentem frear essa dinâmica, na intenção de manter o seu status quo via balança de poder, obstaculizando qualquer outro autor (China) que possa interferir nas suas áreas de atuação.

#### **4 REALISMO DEFENSIVO**

A teoria proposta por Charles Glaser em seu livro *Rational Theory of International Politics* (2010) analisa as opções estratégicas que um Estado pode realizar em um ambiente internacional anárquico que oferece oportunidades e restrições. A teoria pressupõe que tais escolhas são realizadas por Estados que agem de forma racional diante das alternativas que pautam a formulação de suas estratégias.

Glaser (2010, p. 3-6) identifica três variáveis independentes que os Estados devem incluir na formulação de suas opções estratégicas. Primeiramente os motivos, que captam aquilo que os Estados valoram em seus interesses e objetivos. Os Estados são distinguíveis pelos seus desejos e ambições. As outras duas variáveis definem o ambiente internacional para o Estado, que influenciarão suas oportunidades e restrições no uso da força militar para alcançar seus objetivos. Em segundo, o cabedal de ativos materiais, que determina a capacidade militar que um Estado pode dispor. Por fim, a informação, que representa o conhecimento de um Estado sobre os motivos dos adversários e, também, sobre a percepção que os rivais têm sobre seus propósitos.

Um Estado que está satisfeito com seu status quo provavelmente não vê benefício em alterar sua posição. Tal comportamento denota que o Estado é motivado por segurança (*Security Seeker State*), portanto, estará mais propenso a realizar ações cooperativas com outras unidades (GLASER, 2010, p. 5-13). Não obstante, em determinadas situações, os Estados podem almejar a conquista territorial e mudar a sua condição no intuito de aumentar a sua habilidade de se defender e, simultaneamente, reduzir a competência de ataque atual e futuro de seus adversários. Um Estado com uma abordagem revisionista (*Greedy State*), insatisfeito com o seu papel, deseja expandir-se territorialmente para alcançar seus objetivos. Neste intuito, a competição é a única estratégia que pode viabilizar o alcance desses objetivos, podendo a guerra ser a melhor opção (GLASER, 2010, p. 5-13).

De acordo com Glaser (2010, p. 4) a variável material é um importante elemento influenciador da escolha estratégica. Ela afeta a habilidade do Estado de

adquirir capacidade militar e, simultaneamente no que lhe concerne, influencia o seu poder de dissuasão, coerção, defesa e ataque. O Estado deve, em seu cálculo estratégico, relativizar a sua força militar com a de seus adversários. Nessa ponderação, tem que se considerar a habilidade de empreender relevantes missões militares. Um Estado com um menor conjunto de forças militares pode surpreender adversários pelo melhor uso dos seus recursos (SNYDER, 1996, p. 180-183).

A informação sobre os motivos dos adversários é outro elemento importante para a formulação estratégica, pois influencia as expectativas sobre o comportamento dos adversários. Um Estado que acredita estar lidando com um Security Seeker terá uma necessidade menor de investir em defesa do que se estiver diante de um Greedy, porque um greedystate pode estar mais determinado em rever o seu status quo (GLASER, 2010, p. 95).

As escolhas estratégicas dependem do combinado impacto que as variáveis materiais e informacionais têm sobre a segurança de um Estado. Em alguns casos, as condições materiais favorecem uma atitude competitiva, mas, por outro lado, diante do fato de que o Estado adversário é um Security Seeker, o custo-benefício de cooperar será a melhor opção (GLASER, 2010, p. 103-105). Segundo Glaser (2011, p. 82), o aumento de segurança dos adversários pode não se configurar como a melhor opção para um Estado, na medida em que isso é capaz de aumentar a sua vulnerabilidade aos ataques dos rivais e tal contexto representará um risco elevado. Assim, ao procurar garantir a sua segurança, mesmo que de forma defensiva, o Estado pode ter seu movimento percebido como uma potencial ameaça à estabilidade e à integridade física e territorial de outros Estados. Esse trade-off ocorre quando o Estado enfrenta o dilema de segurança, e a magnitude do dilema dependerá do efeito combinado das variáveis materiais e informacionais. Quanto mais severa for a intensidade do impasse, mais os Estados se perceberão e, assim, a opção pela competição pode ser menos arriscada do que a cooperação. A intensidade do dilema também depende da percepção sobre os motivos e objetivos dos adversários. Se um Estado acredita que seu adversário é guiado por desejos de segurança, um aumento da sua força militar não será percebido como um problema. Os sinais emanados não apresentam intenções belicosas.

Para Glaser (2010, p. 272-281), o atual cenário internacional capacita os EUA e a China a defenderem seus interesses sem ameaçar um ao outro. O poderio nuclear americano viabiliza um incontestável poder de dissuasão. Mesmo que o poderio militar chinês suplante o americano, os EUA ainda terão uma força nuclear capaz de sobreviver a qualquer ataque chinês e ainda promover uma destruição

em massa como retaliação. Um ataque convencional em larga escala por parte das duas potências se torna praticamente impossível devido à imensidão de água que os separa. A China ainda levará vários anos para atingir a atual capacidade militar americana (GLASER, 2010, p. 43; 141; 217).

As condições descritas acima tendem a estabelecer um moderado dilema de segurança entre os dois Estados. Segundo Glaser (2010, p.275), essa situação morna entre as duas potências pode ser mantida mesmo com a continuidade do crescimento da China. Os EUA podem até aumentar a segurança chinesa e não colocar objeções à modernização da sua tecnologia nuclear. Tanto os Estados Unidos quanto a China poderão manter altos níveis de segurança com a ascensão da China ao patamar de superpotência, itinerário que deve ajudar Washington e Beijing a evitarem o surgimento de relações geopolíticas verdadeiramente tensas, garantindo que o dilema de segurança permaneça num nível moderado e permitindo a manutenção da paz. Neste cenário, os EUA terão a opção de deixar de responder à modernização da força nuclear chinesa. Esse comportamento ajudará a tranquilizar a China de que os EUA não querem ameaçar sua segurança – e, assim, ajudar a desencadear uma espiral política descendente alimentada pela competição nuclear (GLASER, 2011, p.83).

Para Kissinger, os grandes desafios internos da China são elementos inibidores para um “confronto estratégico ou numa busca pela dominação mundial” (KISSINGER, 2011, p. 503). Da mesma forma, Jisi (2011, p. 76) considera que Beijing é prudente o suficiente, dado que a China é um país em processo de desenvolvimento e tem pela frente algumas décadas para alcançar o patamar de poder dos EUA. Assim, ele reitera a necessidade de Beijing de resguardar a sua liderança na China e de Washington ratificar o seu papel de superpotência mundial, de forma que demonstrem a existência de dois focos de poder com objetivos distintos. Tal cenário minimizaria os motivos para desencadear um conflito direto entre os EUA e a China.

Esse cenário só será viável se os EUA souberem lidar com a questão de Taiwan. Segundo Christensen (2012, p. 6), o aumento de poderio militar chinês suscita mudanças na política externa americana para a região. A China insiste em considerar Taiwan como parte de seu território, e a reintegração é um objetivo recorrente de Beijing (GLASER, 2010, p. 280). A China tem ampliado, mediante a expansão da sua esquadra de guerra, o poder de coerção contra Taiwan, reduzindo, com isso, a habilidade americana de intervenção. Qualquer movimento americano para aumentar sua capacidade de intervenção pode sinalizar um comportamento de um Greedy State, o que pode suscitar um comportamento belicoso por parte



do governo chinês. Os EUA podem utilizar outras medidas para conter a China, incluindo instigar o Japão para adotar uma política militar mais marcante e, com isso, criar um dilema de segurança entre as duas potências asiáticas. A aliança militar nipo-americana tem favorecido a China na medida em que o Japão tem gastado muito pouco do seu PIB em defesa (GLASER, 2010, p. 275). Com a retirada das bases americanas no Japão, este pode se ver obrigado a realizar uma expansão considerável das suas capacidades militares e essa situação não está entre as alternativas mais interessantes para Beijing.

Face aos riscos, os EUA poderiam considerar a opção de não se oporem à reintegração de Taiwan. Com isso se retira um ponto nevrálgico na animosidade sino-americana, conduzindo a um ambiente de melhores relações para as duas potências nas próximas décadas. O problema desta alternativa pode ser o aumento das reivindicações chinesas para satisfazer sua posição na região e, posteriormente, também no âmbito global. A China tem uma série de divergências com seus vizinhos, mas demonstra poucas ambições em se expandir territorialmente. O atendimento da questão de Taiwan pode suscitar o interesse territorial por outras áreas em litígio. A mudança da posição americana em relação à questão de Taiwan assume uma enorme complexidade e, se for iniciada, terá de ser feita gradualmente.

Glaser (2011, p. 88-89) argumenta que embora a ascensão da China esteja criando algumas mudanças na distribuição de poder, essa alteração não está se tornando inconciliável com os interesses vitais dos EUA e da China. Os perigos potenciais não se somam aos interesses conflitantes entre as duas potências, que só podem ser resolvidos com o risco de um conflito militar. Em vez disso, a dificuldade de proteger alguns interesses secundários, que não são insignificantes, têm exigido que os EUA repensem seus compromissos de política externa.

A China tem usado mecanismos institucionais para manter um dilema moderado com os EUA nos últimos 20 anos, o que pode evidenciar uma preocupação de Beijing em garantir a sustentabilidade do seu crescimento econômico. Ripsman e Paul (2010, p. 67) veem um grande motivo para essa preocupação. Os líderes chineses temem ter um bloqueio de seus produtos ao mercado americano, que consideram importante para a manutenção do seu crescimento. Uma competição militar entre os dois poderia resultar em um embargo econômico. Glaser (2010, p. 15-17) interpreta que o uso dos mecanismos institucionais reflete os motivos de um Estado e sugere que tais instituições podem contribuir para a sua segurança.

De acordo com Nye (apud NYE; RICE, 2020, p. 136-137), “a China não está interessada em chutar a mesa de cartas, mas em incliná-la para poder reivindicar uma parcela maior dos ganhos”. É inevitável que o crescimento econômico da China criará problemas para os EUA e ao ordenamento internacional, e essas desavenças estarão ligadas ao acesso de determinados mercados, transferência de tecnologia, políticas industriais de apoio aos “campeões nacionais”, excesso de capacidade produtiva e o roubo de propriedade intelectual. A política comercial americana necessitará de ajustes no que se refere à supervisão do comércio e dos investimentos chineses que podem ameaçar os objetivos tecnológicos e de segurança nacional, mas de modo que não abale as interdependências que são benéficas para os EUA.

## **5 REALISMO OFENSIVO**

O realismo ofensivo proposto por Mearsheimer desenvolve uma teoria centrada na distribuição de capacidades materiais de uso da força e condicionada por uma lógica atávica, em que não há um caminho fácil para escapar da competição por segurança e da guerra. A imagem de um mundo pacífico é uma ideia atrativa, mas não factível. Para Mearsheimer (2001, p. 12), o sistema internacional gera incentivos para se obter poder à custa de outros. Potências sem uma atitude revisionista são raras: a maximização das capacidades relativas de um Estado é a garantia de aumentar a sua segurança. Para sobreviver no meio da competição, é imperativo um comportamento agressivo com o objetivo de alcançar a segurança máxima, pois a situação ideal é ser o hegemom do sistema.

Segundo Mearsheimer (2001, p. 30-32), essa lógica é condicionada por cinco premissas da estrutura do sistema internacional. Primeira, a ausência de uma autoridade internacional com poder de polícia para deter qualquer conflito entre as unidades. Segunda, grandes potências têm alguma capacidade militar ofensiva, que possibilite infligir e provavelmente destruirá umas às outras. Terceira, nenhum Estado pode ter certeza se o outro não usará suas armas para promover um ataque. Quarta, a segurança é objetivo primário das grandes potências. Quinta, as grandes potências são atores racionais, ou seja, têm consciência sobre o ambiente do sistema internacional e pensam estrategicamente sobre como garantir a sobrevivência.

Mearsheimer (2001) concorda com Waltz (1979) com referência à instabilidade de um sistema multipolar. Segundo ele, “sistemas multipolares que contêm Estados especialmente poderosos – hegemonos em potencial – são os sistemas mais perigosos de todos” (MEARSHEIMER, 2001, p. 5). A configuração e a qualidade da capacidade bélica são as principais fontes de paz e guerra.

O interregno de paz entre 1945 e 1990 foi o resultado de três condições fundamentalmente importantes: (1) o sistema bipolar soviético-americano manteve a balança de poder equilibrada durante o período; (2) a diferença de recursos entre a URSS e os EUA não era significativa a ponto de pender a balança de poder para um dos lados; (3) o fato de ambas estarem equipadas com um importante arsenal de artefatos nucleares. O fim da guerra fria possibilitou a ascensão de um sistema multipolar formado pelo surgimento, ou ressurgimento, de grandes potências na Europa e na Ásia, deixando o sistema propenso à instabilidade. Neste ambiente, as grandes potências passam a temer umas às outras. O nível do medo se modifica com o tempo, mas jamais será reduzido a um estado de letargia. Os países temem a possibilidade de serem vítimas de uma agressão, e isso amplifica a importância do medo com grande força motivadora para a política internacional. As grandes potências não competem entre si como se a política mundial fosse uma disputa econômica. A possibilidade de entrarem em uma guerra muitas vezes faz com que os Estados não se vejam como apenas como concorrentes em uma disputa econômica, mas como inimigos potenciais (MEARSHEIMER apud ELMAN; JENSEN, 2014, p. 179-187).

Neste palco de desconfianças, os Estados procuram ficar atentos em como o poder é distribuído dentro do sistema – na busca de oportunidades para aumentar suas capacidades face aos demais. O olhar estará focado em opções que possam alterar sua posição de poder pela aquisição de incrementos de capacidade às custas dos rivais. Para alcançar tal intento, os Estados se utilizam de meios econômicos, diplomáticos e militares, de forma a penderem a balança favoravelmente. Esses movimentos podem ser entendidos, pelos demais, como atitudes suspeitas ou hostis. A atuação das instituições internacionais é reflexo desta distribuição e redistribuição de poder dentro do sistema, elas não têm atuações substantivas na condução das atitudes dos Estados. As grandes potências moldam as instituições de maneira a garantir ou modificar a balança de poder. Os Estados mais poderosos se valem da sua influência para moldarem as instituições internacionais de modo a manterem ou aumentarem sua parcela de poder mundial. “Nesse contexto, as instituições internacionais são essencialmente ringues para tais Estados atuarem nas relações de poder” (MEARSHEIMER, 2001, p. 32-33).

Como já dito, um Estado só atingirá o mais alto nível de segurança quando se tornar o hegemon do sistema. Para Mearsheimer (2005a, p. 48), isso nunca aconteceu e provavelmente não acontecerá. Um hegemon global teria de contar com capacidade de projetar suas forças para qualquer região do mundo. O hegemon

teria que cruzar os oceanos e então adentrar o território do rival – um desafio logístico sem precedentes. Mesmo os EUA, com o maior e melhor acervo militar do planeta, não têm, nem intenciona ter, o domínio bélico sobre a Europa e o Nordeste Asiático. Os EUA têm sido um hegemom regional no continente americano nos últimos 200anos. Nenhum país no continente tem capacidade militar para desafiar o poderio americano. A melhor opção que um Estado pode ter é ser um hegemom regional, dominando uma ampla área geográfica. Esta condição de hegemom regional é almejada por outros Estados em outras regiões, como é o caso da China.

Para Mearsheimer (2001, p. 140-141), Estados que têm uma hegemonia regional ficam temerosos de que outros possam reproduzir tal proeza em outras regiões. Hegemons regionais não querem ter novos pares na arena do sistema internacional, pois isso cria instabilidade e, conseqüentemente, insegurança. Este é o cenário enfrentado pelos EUA no Nordeste Asiático. O crescimento econômico chinês tem viabilizado substanciais incrementos no seu aparato militar. Nesse ritmo, nenhum Estado asiático terá meios para ameaçar a China. Ao se tornar hegemom regional, a China terá condições de colocar um ponto final na questão de Taiwan.

É notória a tentativa chinesa de empurrar os EUA e outras potências centrais para fora da Ásia Central, do Oriente Médio e do Oceano Índico, e o projeto da criação da nova rota de seda é um exemplo dessa estratégia (WANG, 2016, p. 458-459). O estratagema de ganhar hegemonia regional é provavelmente uma forma de resolver o assunto Taiwan (MEARSHEIMER, 2005a, p. 48). Inicialmente, o Pentágono tinha uma preocupação velada de que a China cedo ou tarde passasse a intimidar seus aliados do sudeste asiático, sobretudo o Japão e a Coreia do Sul (HAIQUAN, 2017, p. 136); hoje, a ameaça passou a ser considerada de âmbito global. O motivo para isso é a confluência dos componentes econômicos e de segurança. Há uma clara expansão dos investimentos chineses em tecnologias com usos militares diretos. Outra inquietação do Pentágono são os retornos estratégicos dos investimentos chineses em infraestrutura em outros países, como as instalações portuárias que fazem parte da Rota da Seda (KROEBER, 2016, p. 259). Em 2017, a China pôs em funcionamento a sua primeira base militar fora do país, instalada no Djibuti, pequeno Estado africano que é porta de acesso ao Mar Vermelho e ao Canal de Suez, importante ligação para a Rota Marítima da Seda (ODGAARD apud GAENS; SINKKONEN, 2020, p. 152-154). Ainda nesse aspecto, a China tem, nos últimos anos, estreitado relacionamento com o Irã, cujos desdobramentos preocupa o governo americano. O Irã tem uma população significativamente maior e maior potencial econômico e militar do que seus vizinhos árabes, e pode eventualmente pender a balança de poder no Golfo para o seu lado. Um potencial fechamento do Estreito de Ormuz teria um profundo impacto no mercado de petróleo. Segundo Brzezinski (2016, p. 2), o Irã é um país estrategicamente importante para as novas Rotas da Seda e um ponto central para a projeção de influência da China na Eurásia.

Os EUA consideram a expansão militar chinesa uma ameaça potencial às

suas bases militares no Japão, Coreia do Sul e no território americano de Guam. Um dos motivos pelos quais o governo de Trump se retirou do Tratado das Forças Nucleares de Alcance Intermediário com a Rússia foi a expectativa de que tal opção lhe permitisse enfrentar a ameaça chinesa na região. O Mapa 2 mostra as capacidades bélicas das duas potências e suas abrangências na região. Neste cenário, Liberman (1998, p. 101) conjecturou a possibilidade de que uma potência asiática lutasse e vencesse uma guerra pelo controle do Mar da China Meridional. Tal cenário possibilitaria a posse de abundantes recursos naturais no fundo do mar que certamente ajudariam a impulsionar o seu crescimento econômico, e isso significa uma grande apreensão para os americanos.

Para Paul e Overhaus (apud LIPPERT; PERTHES, 2020, p. 22-23), a China está ampliando suas capacidades bélicas para poder atuar além da primeira e segunda cadeias de ilhas (Mapa 1). Isso acende o temor em Washington de que a China possa vir a intimidar diretamente os EUA. Em adição, Beijing está desenvolvendo competências e capacidades que pertencem, precisamente, ao palco de operações militares que são, por definição, globais: espaço e ciberespaço. Na perspectiva dos EUA, a expansão e o desenvolvimento nessas áreas representam um perigo iminente.

**Figura 1—Mapa das capacidades de ataque da China e dos EUA no Pacífico**



Fonte: PAUL; OVERHAUS (apud LIPPERT; PERTHES, 2020, p. 21).

De acordo com Mearsheimer (1994/95, p.12-13; 2001, p. 370-371), os Estados ocasionalmente iniciam guerras com a expectativa de que a vitória traga benefícios econômicos e estratégicos que superem os custos de minar a interdependência. Essa perspectiva coaduna com as de Washington acerca das ambições da China: encontrar mecanismos de freio para conter o revisionismo chinês passa a ser um

exercício de defesa dos EUA. Nesse contexto, a questão de Taiwan ganha importante relevo. Devido à sua localização geográfica, Taiwan passa a ser uma peça estratégica no tabuleiro geopolítico. Movimentos inteligentes dessa peça podem dissuadir e conter os interesses chineses, destacando, principalmente, a reivindicação de que Taiwan faça parte da China continental. Na ótica de Mearsheimer e Walt (2016, p.1), uma provável unificação permitiria duas grandes vantagens estratégicas para Beijing: a absorção dos recursos econômicos e militares de Taiwan, alterando a balança de poder na Ásia em favor das ambições chinesas, e a transformação de Taiwan em um grande porta-avião, para projetar a sua musculatura militar no Oceano Pacífico.

A manutenção da sua pujança econômica não indica que a China colocará por terra suas conquistas econômicas entrando em conflito com os EUA. Para Mearsheimer (2005b, p. 50), “o que a China deve fazer é se concentrar na construção de sua economia a um ponto em que seja maior que a economia dos EUA”. Mantendo a expansão da sua economia a taxas superiores ao seu rival econômico, a China ultrapassará a economia americana na próxima década. Nesse cenário, poderá traduzir a sua força econômica em poderio militar, ditar termos para seus vizinhos e colocar os EUA em um sério dilema de segurança.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com as três abordagens realistas, o palco entre os EUA e a China é condicionado por três dimensões. A primeira dimensão se refere às preferências e às estratégias das duas potências, e às influências emanadas da estrutura do sistema internacional. A segunda, influenciada pela primeira, aborda os comportamentos dos dois Estados face a um efeito conjugado de variáveis internas e externas não estruturais. Por fim, a última dimensão aborda a predisposição para instabilidade na estrutura anárquica do sistema internacional.

Na primeira dimensão, temos a perspectiva do processo entrópico ocasionado pela manutenção de um ambiente unipolar. É inquestionável que os EUA não têm as capacidades necessárias para manter a posição que tinha no período compreendido entre 1945 e 1970. O surgimento de outras potências, dentre elas a China, redefine outras configurações para balancear as capacidades dentro de um novo arranjo estrutural. A China se tornou um ator econômico de grande magnitude, quer pelo peso da sua indústria, quer pela importância dos seus investimentos na economia global. Qualquer estratégia mais enfática de algum dos lados prejudicaria os interesses das grandes potências na Ásia. Tanto a China como os EUA querem uma estabilidade asiática que é, conjuntamente, importante para a modernização chinesa e para a economia americana. Neste contexto, os EUA e a China ajustarão seus comportamentos com o intuito de manter um moderado dilema de segurança.

Na segunda dimensão, existe uma abordagem não beligerante quanto a um conflito entre os EUA e China. O poder de dissuasão americano, viabilizado pelo seu arsenal nuclear, garantirá ao país uma grande vantagem por muitas décadas. Nessas condições, tanto os chineses quanto os americanos poderão defender seus interesses sem ameaçar um ao outro. O uso cada vez maior dos meios institucionais por parte da China indica uma preocupação em garantir a sustentabilidade do seu modelo de crescimento que reflete motivações por segurança. Mesmo na questão de Taiwan, os EUA tendem a atuar de uma maneira mais criteriosa no intuito de não alterar a atual percepção dos motivos que o governo de Beijing tem sobre os de Washington.

Por fim, temos uma visão beligerante para o futuro. Para os realistas ofensivos, a mudança de um cenário unipolar para um multipolar desequilibrado, onde uma das potências em jogo pode se tornar um hegemom regional, é um risco para a eclosão de conflitos. Tal possibilidade aumenta devido ao comportamento arriscado assumido pelo potencial hegemom e os outros Estados que o contrabalançam. Neste palco, o crescimento econômico chinês e a reação americana podem se traduzir em uma iminente situação de risco. Se a economia chinesa alcançar uma supremacia econômica que lhe permita transmutar a riqueza em poderio militar, será altamente provável que acabe por almejar a hegemonia no nordeste asiático, com consequências beligerantes advindas disso. Historicamente, sistemas multipolares desequilibrados tendem a gerar intensos dilemas de segurança que desencadeiam conflitos de grandes repercussões.

O sistema nunca deixou de se expandir, sempre foi direcionado pelo crescimento competitivo das grandes potências que se digladiam entre si, para avançar a sua posição relativa dentro da estrutura internacional. Se as grandes potências quiserem maximizar a sua probabilidade de sobrevivência, terão que acumular mais poder. O sistema internacional foi e sempre será um palco de contendas para as grandes potências. A abordagem do realismo ofensivo representa a visão mais realista do comportamento atávico dos grandes competidores do sistema internacional, e uma futura competição sino-americano é factível.

Os EUA só podem perseguir a sua hegemonia liberal em um sistema unipolar em que não precisem se preocupar com ameaças de outras grandes potências. Quando o mundo assume uma configuração bipolar ou multipolar, por outro lado, as grandes potências têm pouca escolha a não ser agirem de acordo com os ditames realistas, devido à presença de impérios rivais.

Talvez a China não consiga manter o seu crescimento econômico, caso em que o sistema permanecerá com tendência à unipolaridade. Se isso acontecer, será difícil para os EUA abandonarem a hegemonia liberal. Na concepção das elites americanas, que gravitam em torno do governo, é difícil para elas não tentarem refazer o mundo à sua própria imagem. Os regimes liberais, em outras palavras, têm poucas opções de adotarem algo diferente do seu pensamento hegemônico liberal.



No entanto, quando ficar claro que a hegemonia liberal leva a uma sucessão de falhas políticas, podemos razoavelmente esperar que o unipolar liberal entenda e abandone essa estratégia defeituosa em favor de uma opção mais restrita, baseada no realismo, e em uma sólida apreciação do nacionalismo. Às vezes, as potências aprendem com seus erros.

Os chineses têm a leitura do que aconteceu com a URSS. Para Booth e Smith (2016, p. 213), a evidência não poderia ser mais incontestável. A URSS equilibrou a balança de poder com os EUA dedicando sua economia aos gastos bélicos e ao estabelecimento de alianças na Europa Oriental, em grande parte com o uso de força bruta. Isso resultou em uma economia que não conseguia produzir valor além do aparato militar, o que levou a URSS ao colapso e à sua posterior fragmentação. A China não quer cometer o mesmo suicídio da URSS.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOOTH, Ken; SMITH, Steve. *International relations theory today*. Cambridge: Polity Press, 2016.

BRZEZINSKI, Zbigniew. Toward a global realignment. *The American Interest*, p. 2, Apr. 2016. Disponível em: <http://www.the-american-interest.com/2016/04/17/toward-a-globalrealignment/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CHRISTENSEN, Kyle D. Strategic developments in the western pacific: anti-access/area denial and the airseabattle concept. *Journal of Military and Strategic Studies*, v. 14, n. 3, p.1-24, 2012. Disponível em: [https://ciaotest.cc.columbia.edu/journals/jomass/v14i3/f\\_0027474\\_22448.pdf](https://ciaotest.cc.columbia.edu/journals/jomass/v14i3/f_0027474_22448.pdf). Acesso em: 12 mar. 2021.

CUI, Lin; JIANG, Fuming. FDI entry mode choice of Chinese firms: a strategic behavior perspective. *Journal of World Business*, v. 44, n. 4, p. 434-444, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jwb.2008.11.004>. Acesso em: 29 abr. 2020.

CUI, Lin; JIANG, Fuming. Behind ownership decision of Chinese outward FDI: resources and institutions. *Asia Pacific Journal of Management*, v. 27, n. 4, p. 751-774, 2010. Disponível em: <https://link-springer-com.ez140.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007/s10490-009-9136-5>. Acesso em: 29 abr. 2020.

DONNELLY, Jack. *Realism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.



GALA, Paulo. *Complexidade econômica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

GLASER, Charles. Realists as optimist: cooperation as self-help. *International Security*, v. 19, n. 3, p.50-90, 1994-1995. Disponível em:<https://www.jstor.org/stable/2539079>. Acesso em: 27 abr. 2020.

GLASER, Charles. The security dilemma revisited. *World Politics*, v. 50, n. 1, p. 171-201, Oct. 1997. Disponível em:<https://www.jstor.org/stable/25054031>. Acesso em: 13 fev. 2020.

GLASER, Charles. *Rational theory of international politics: the logic of competition and cooperation*. New Jersey: Princeton University Press, 2010.

GLASER, Charles. Will China's rise lead to war? Why realism does not mean pessimism. *Foreign Affairs*, v. 90, n. 2, p. 80-90, Mar/Apr. 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25800459>. Acesso em: 11 jan. 2020.

GOVERNO DA CHINA. *Made in China 2025*. Pequim, 2015. Disponível em: <http://www.cittadellascienza.it/cina/wp-content/uploads/2017/02/loT-ONE-Made-in-China-2025.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

JACKSON, John H. *The world trading system: law and policy of international economic relations*. Cambridge: Press MIT, 1999.

JISI, Wang. China's search for a grand strategy: a rising great power finds its way. *Foreign Affairs*, v.90, n. 2, p. 68-79, Mar/Apr. 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25800458>. Acesso em: 14 mar. 2020.

HAIQUAN, Liu. The security challenges of the "One Belt, One Road" Initiative and China's Choices. *Croatian International Relations Review*. XXIII, v. 23, n. 78, p. 129-147, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/cirr-2017-0010>. Acesso em: 14 mar. 2021.

HARRISON, Virginia. Can China's plane-maker take on Boeing and Airbus? *BBC News*, p. 5, 28 abr. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/business-47689386>. Acesso em: 19 mar. 2020.

HUNG, Ho-Fung. *The China boom: why China will not rule the world*. New York: Columbia University Press, 2015.

HUNG, Ho-Fung. A ascensão da China, a Ásia e o sul global. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 22, n. 1, p. 1-26, jan./abr. 2018. Disponível em:<https://doi.org/10.1590/198055272213>. Acesso em: 14 mar. 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). GDP, *current prices*. Washington: IMF, 2020. Disponível em: [https://www.imf.org/external/datamapper/PPP/PPP@WEO/OEMDC/ADVEC/WEO\\_WORLD/CHN](https://www.imf.org/external/datamapper/PPP/PPP@WEO/OEMDC/ADVEC/WEO_WORLD/CHN). Acesso em: 19 mar. 2021.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KROEBER, Arthur. *China's economy: what everyone needs to know*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

LIBERMAN, Peter. *Does conquest pay? The exploitation of occupied industrial societies*. New Jersey: Princeton University Press, 1998.

MASIERO, Gilmar; COELHO, Diego Bonaldo. A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia going global. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 1, p. 139-157, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/134-9.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

MEARSHEIMER, John. The false promise of international institutions. *International Security*, v. 19, n. 3, p. 5-49, Winter 1994-1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2539078>. Acesso em: 29 mar. 2020.

MEARSHEIMER, John. *The tragedy of great power politics*. New York: W.W. Norton, 2001.

MEARSHEIMER, John. Better to be Godzilla than Bambi. *Foreign Policy*, n.146, p. 47-48, Jan./Feb. 2005a. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30048171>. Acesso em: 19 mar. 2020.

MEARSHEIMER, John. It's not a pretty picture. *Foreign Policy*, n.146, p. 49-51, Jan./Feb. 2005b. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30048175?seq=1>. Acesso em: 17 mar. 2020.

MEARSHEIMER, John. Anarchy and the struggle for power. In: ELMAN, Colin; JENSEN, Michael. *The realism reader*. New York: Routledge, 2014. p. 179-187.

MEARSHEIMER, John.; WALT, Stephen M. The case for offshore balancing: a superior U.S. grand strategy. *Foreign Affairs*, v. 95, n. 4, 2016. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2016-06-13/case-offshore-balancing>. Acesso em: 23 mar. 2020.

MILNER, Helen V.; TINGLEY, Dustin. *Sailing the water's edge: the domestic Politics of American foreign policy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015. p. 90-91.

NYE, Joseph S. Jr. The rise of China. In: NYE, Joseph S. Jr; RICE, Condoleezza. *The struggle for power: US-China Relations in the 21st century*. New York: The Aspen Institute, 2020. p. 133-138.

ODGAARD, Liselotte. US-China strategic rivalry in the indo-pacific: does Europe have a role to play? In: GAENS, Bart; SINKKONEN, Ville. *Great-Power competition and the rising US-China: rivalry towards a new normal?* Helsinki: Finnish Institute of International Affairs, 2020. p. 147-157.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *OCDE Data 2019*. Disponível em: <https://data.oecd.org/>. Acesso em: 24 abr. 2020.

PAN, Philip P. The land that failed to fail: the west was sure the Chinese approach would not work. It just had to wait. It's still waiting. *The New York Times*, 18/11/2018, p 1-41. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2018/11/18/world/asia/china-rules.html>. Acesso em: 4 abr. 2020.

PAUL, Michael; OVERHAUS, Marco. Security and security dilemmas in Sino-American relations. In: LIPPERT, Barbara; PERTHES, Volker (eds.). *Strategic rivalry between United States and China. German Institute for International and Security Affairs*, Berlin, n. 4, p. 20-24, 2020. Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/10.18449/2020RP04/>. Acesso em: 4 abr. 2020.

PETRAS, James. Rising and declining economic powers: the Sino-US conflict deepens. *Journal of Contemporary Asia*, v. 41, n. 1, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00472336.2011.530040>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PINTO, Eduardo Costa. A integração econômica entre a China e o Vietnã: estratégia plusone, investimentos e cadeias globais. In: CINTRA, Marcos Antonio M.; SILVA FILHO, Edson Benedito; PINTO, Eduardo Costa (orgs.). *China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. p. 81-125.

RIPSMAN, Norrin M.; PAUL, T. V. *Globalization and the National Security State*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

SNYDER, Glenn H. Process variables in neorealist theory. *Security Studies*, v. 5, n. 3, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09636419608429279>. Acesso em: 12 mar. 2021.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). *Armaments, Disarmaments and International Security*. Stockholm:SIPRI, 2020. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: 10 mar. 2020.

THOMAS, Clayton. Afghanistan: background and U.S. Policy. Congressional *Research Service*. 18/07/2019. Disponível em: <https://fas.org/sgp/crs/row/R45122.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2020.

WALTZ, Kenneth N. *Man, the State and War: a theoretical analysis*. New York: Columbia University Press, 1959.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of international politics*. New York: McGraw-Hill, 1979.

WALTZ, Kenneth N. The origins of war in neorealist theory. *The Journal of Interdisciplinary History*, v. 18, n. 4, p. 615-628, Spring 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/204817>. Acesso em: 20 fev. 2020.

WALTZ, Kenneth N. Evaluating Theories. *American Political Science Review*, v.91, n. 4, p. 913-917, Dec. 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2952173>. Acesso em: 30 jan. 2020.

WALTZ, Kenneth N. Structural realism after cold war. *International Security*, v. 25, n. 1, p.5-41, Summer 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2626772>. Acesso em: 20 fev. 2020.

WANG, Yong. Offensive for defensive: the belt and road initiative and China's new grand strategy. *The Pacific Review*, v. 29, n. 3, p. 455-463, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09512748.2016.1154690>. Acesso em: 18 mar. 2021.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). *International trade statistics 2019*. Geneva: WTO, 2019. Disponível em: [https://www.wto.org/english/res\\_e/statis\\_e/wts2019\\_e/wts19\\_toc\\_e.htm](https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2019_e/wts19_toc_e.htm). Acesso em: 10 abr. 2020.

XING, Yuqing. China-US Trade War: A modern version of the Thucydides trap. *East Asian Policy*, v. 10, n. 4, p. 5-23, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1142/S1793930518000338>. Acesso em: 30 abr. 2020.

Recebido em: 16 jul. 2020.

Aceito em: 15 mar. 2021.